

Renan, Cunha e Gollum



Renan Calheiros, como sabemos, é o atual presidente do Senado. Tem 60 anos e é autor de alguns livros, entre eles um de título sugestivo, “Contadores de balelas”. Sua primeira eleição aconteceu em 1978, quando foi eleito Deputado Estadual pelo então MDB. Nessa época, travava uma luta feroz contra o prefeito de Maceió, Fernando Collor. Duas eleições para Deputado Federal mais tarde, filiou-se ao PRN e foi nomeado assessor de Collor, então candidato à presidência. Mas, devido a uma desavença política pelo Governo de Alagoas, deixou o partido e, à época da queda de Collor, pediu o seu impeachment. Em 1994, foi eleito Senador, cargo que ocupa até hoje. Responde, no Supremo, a 12 inquéritos, nove ligados a investigações sobre o esquema de corrupção na PETROBRÁS, um relativo à Operação Zelotes e outros dois que apuram irregularidades no pagamento de pensão a uma filha.

Eduardo Cunha tem 57 anos. Entrou na política graças a Fernando Collor, pois trabalhou durante sua campanha ao lado de P. C. Farias. Assim como Calheiros, era filiado ao PRN. Logo após a eleição, foi nomeado presidente da TELERJ, onde foi acusado de sua primeira irregularidade e teve de deixar o cargo. Trabalhou em outras estatais e, em 2000, teve de ser novamente afastado do cargo, desta vez da Companhia Estadual de Habitação, devido a irregularidades. Graças a Anthony Garotinho, elegeu-se Deputado Federal em 2002. Em 2015, assumiu a presidência da Câmara, de onde acaba de ser afastado pelo Supremo Tribunal Federal. Responde a três inquéritos na Lava-Jato e é réu em uma ação no STF.

Gollum é um personagem de O Hobbit e de O Senhor dos Anéis, de J. R. R. Tolkien. Inicialmente era um bom sujeito, mas, com o tempo, deixou de olhar para o alto: “Sua cabeça e olhos só se dirigiam para baixo”. Foi o começo da sua derrocada. Logo após viu o Um Anel, o mais poderoso de todos, com o seu primo. Matou o parente para obtê-lo. Com a preciosidade em mãos, ganhou o poder de se tornar invisível. Porém, tornou-se impopular com a família e foi expulso de casa e se escondeu em um lugar ermo. Lá ficou até perder o anel para Bilbo.

O que une esses três personagens é a sede de poder, que acaba por corromper um homem (ou hobbit). Em O senhor dos anéis, o fim de Gollum mostra o que acontece com todos os que buscam o poder para proveito próprio. Tolkien afirma que Gollum passou a odiar a luz e a escuridão e, curiosamente, passou a detestar acima de tudo o anel.

O simples hobbit Frodo - talvez como nós - não conseguia entender essa sede de poder e como Gollum passou a detestar o que mais amava. O sábio Gandalf explicou que ele nutria os mesmos sentimentos que por si próprio e por isso não podia deixar o anel, assim como nós não podemos nos libertar de nós mesmos. Dominado por esse poder maléfico, “não tinha mais vontade própria”.


Na conversa com o mago, Frodo pergunta por que não mataram Gollum quando tiveram a oportunidade. Gandalf diz que quem não deu a vida não deve tirá-la e acrescenta que não sabemos os percursos de uma vida. Portanto, seria precipitado achá-la digna de um fim. O que fazer, então, com Gollum? Tirar o seu anel de poder. Foi o que, de certa maneira, Frodo fez. O que fazer com Renan e Cunha? Destituí-los do poder e, se as acusações provarem-se verdadeiras, prendê-los. O STF fez a sua parte com Cunha. Falta Renan.

O fim de Gollum é triste: tornou-se um solitário que busca voltar a ter o poder de antes. Jurava ter sido injustiçado e que tinha bons amigos que iriam resgatar a sua dignidade. Renan e Cunha poderiam ser mais honrados: usar o anel uma última vez e desaparecerem para sempre da vida pública. Já fizeram mal o bastante.

Eduardo Gama é mestre em Literatura pela USP, jornalista, publicitário e membro do IFE - Campinas.

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 19/5/2016, Página A-2, Opinião.

Lançamento do livro “O Prazer de Pensar”, de Theodore Dalrymple

 *Uma jornada pelos prazeres e surpresas da bibliofilia para curiosos incuráveis, no inconfundível estilo de Dalrymple.*

Por que ditadores adoram histórias em quadrinhos? Como um pênalti pode causar uma guerra entre dois países? Os livros garimpados da biblioteca de Dalrymple contam casos curiosos não com as histórias dos textos originais que carregam, mas com a sua própria trajetória. São elas que fazem o pensamento do autor viajar e trazer à tona, em seu estilo instigante, memórias e observações críticas sobre literatura, história, política, filosofia, medicina, sociedade, viagens etc.

Por meio de uma série de histórias sobre anotações feitas a mão, cartas esquecidas e frases sublinhadas, Theodore Dalrymple conduz o leitor pelos prazeres e surpresas que certos livros especiais de sua biblioteca pessoal guardam. Em capítulos curtos, essas trajetórias são acompanhadas suas próprias memórias e apontamentos críticos sobre os mais diversos assuntos em seu estilo já conhecido do leitor.

“Encontramos coisas em livros velhos: principalmente insetos mumificados, é claro, mas também manchas de sangue, flores secas prensadas, bilhetes velhos de ônibus, listas de compras, fichas de embarque, orçamentos de consertos a serem feitos, contas de açougue, marcadores de página de livros anunciando seguros de vida, festivais de arte e livrarias e alguns chegam a chamar o leitor para a fé e o arrependimento.”

O Prazer de Pensar, página 23

“Agradáveis descobertas feitas por acaso são um dos maiores prazeres de folhear livros, e nada substitui a sensação de poder ter um livro físico nas mãos. [...] A alegria de descobrir algo que não sabíamos existir e que está profunda e inesperadamente conectado a algo que nos interessa no momento é uma das recompensas de folhear livros ao acaso, uma recompensa desconhecida para aqueles que têm uma visão apenas instrumental das livrarias, indo embora delas assim que descobrem que o livro que desejam não está disponível.”

Theodore Dalrymple, em artigo para *The Telegraph* em 2/2/2016

Sobre o autor

Theodore Dalrymple é um dos pseudônimos de Anthony Daniels, nascido em 1949, em Londres. Além de ensaísta, é médico psiquiatra, trabalhou em quatro continentes e atuou até 2005 no Hospital da Cidade e na Winson Green Prison, ambos em Birmingham, Inglaterra. Escreve para o City Journal, publicado pelo Manhattan Institute, e para veículos como *The British Medical Journal*, *The Times*, *The Observer*, *The Daily Telegraph*, *The Spectator*, *The Salisbury Review*, *National Review* e *Axess*. Possui diversos livros publicados, entre eles *A Vida na Sarjeta*, *Nossa Cultura... Ou o Que Restou Dela*, *Podres de Mimados - As Consequências do Sentimentalismo Tóxico*, e *Em Defesa do Preconceito - A Necessidade de se Ter Ideias Preconcebidas*, editados pela É Realizações Editora.

Fonte: imprensa@erealizacoes.com.br

Governo, partido e nariz

Numa roda de conversa entre amigos, um deles, cujas ideias políticas o alçam à condição muito peculiar de um dos últimos representantes ativos das experiências totalitárias passadas, disse que a democracia brasileira, de tão corrompida por todos os partidos, deveria ser liquidada pelo impedimento da atual presidente e, depois, nas próximas eleições, pela força massiva do voto em branco. A democracia está em crise então?

Aqui, paira uma confusão bem típica dos tempos modernos: confundir o mecanismo com a essência. Quando o sujeito fala de democracia, muitas vezes, fala de, implicitamente, igualdade, justiça, liberdade, solidariedade, bem comum, moralidade e outros valores tão caros para as sociedades ocidentais. Sem dúvida, estes bens morais asseguram a perenidade de uma democracia e, por assim dizer, quando fomentados num ambiente democrático, reforçam-na, numa espécie de círculo virtuoso.

Quando tais bens morais escasseiam, o principal mecanismo democrático - o princípio majoritário, segundo a regra “uma cabeça, um voto” - é capaz de, democraticamente, conduzir uma democracia à liquidação de si mesma, como na Alemanha de Weimar.

Se o problema, para esse meu amigo com pendores nostálgicos totalitários, é a corrupção endêmica nas estruturas governamentais e nos poderes Executivo e Legislativo, logo, não é a democracia que precisa ser revista, mas a qualidade dos valores que hoje a sustentam, algo que demanda algum tempo, sem prejuízo, num primeiro momento, da defenestração dos ocupantes dos cargos políticos que são coniventes com esse quadro moral pouco animador, o que pode e deve ser feito em prol do bem comum de nossa sociedade.

Aliás, essa capacidade de expulsar, da arena legislativa ou executiva, os políticos e os partidos que confundem o público com o privado ou o governamental com o partidário é um dos mais grandiosos atributos da mecânica processual democrática: punem-se os maus políticos e premiam-se os bons, sem a necessidade de qualquer recurso às revoluções “gloriosas”, medidas autoritárias, golpes sanguinários ou comitês de salvação nacional. Nem tampouco ao banho de sangue que costuma se

seguir às ações dos espíritos iluminados pelos precedentes de Danton, Robespierre e Guillotin.

Por isso, convém sempre manter um estado constante de crítica à classe política e, para o caso de políticos que desfilem com muita desenvoltura na passarela dos tipos penais ou de improbidade administrativa, uma certa desconfiança generalizada, mormente se, mesmo condenados judicialmente, seu partido sequer cogitou de expulsá-los da sigla ou, não raro, com eles se solidarizaram.

Mas voltemos ao problema da corrupção endêmica, que produz o pior efeito que pode acontecer para uma sociedade democrática: a “coisa pública” deixa de ser pública para pertencer ao domínio de uns tantos poucos, sejam empreiteiros, carreiristas de cargos públicos ou companheiros de partido. A máxima de Lord Acton - o poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente - é muito repetida e com razão.

A busca da perfectibilidade moral na órbita democrática moderna tende a ser uma tarefa possível, se comparada com uma órbita totalitária, que já é a corrupção em si mesma. Mas não é fácil, pois o jogo democrático trabalha com duas cartas, a do poder político e a do poder econômico que, como toda carta, tem duas faces: a face nominal e a face real. Quando a face real está corrompida em ambas as cartas, o jogo democrático leva um truco da corrupção endêmica.

Um bom começo de saída desse quadro desolador está em abrir os olhos para os limites e os reducionismos do relativismo moral, o mal de fundo dessa corrupção endêmica que, no frigidar dos ovos, confunde os limites da retidão no trato da coisa pública e proporciona, como efeito, o cinismo mais impune: basta abrir os jornais dos últimos tempos.

E, antes de abrir os olhos, no processo de impedimento que se descortina, pressionar seu representante legislativo, demitindo, sem contestação, novos ou os mesmos projetos políticos que pretendem fazer do governo do povo, pelo povo e para o povo num governo do partido, para o partido e pelo partido. Qualquer que seja o partido. Afinal, nessa situação, como já lembrava Orwell, é preciso uma luta constante para ver o que existe bem na frente de nosso nariz. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes é juiz de direito, doutorando em Filosofia e História da Educação, pesquisador, professor, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras (fernandes.agf@hotmail.com).

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 23/3/2016, página A-2, Opinião.

Nem Wyllys, nem Bolsonaro



Acordamos radicais. Essa parece ser a sensação de quem acompanha o desenrolar dos acontecimentos nestes últimos anos. Picham catedrais com palavras obscenas, fazem culto da morte

como um direito humano. Por outro lado, cada vez mais “cidadãos de bem” defendem que bandido bom é bandido morto. Exaltam o presídio de Pedrinhas como a higienização necessária à sociedade.

Acordamos radicais. O que aconteceu? Lembro-me que, em 2008, o tema de redação da Fuvest era “Participação política: indispensável ou superada?” O objetivo era que os jovens, então alheios aos rumos do País, refletissem sobre a importância da questão. Menos de uma década depois, quase todo adolescente possui uma opinião radical sobre diversos assuntos. A politização da sociedade é um bem, contudo, desconfio que esse radicalismo trará um fruto amargo.

Mas antes das consequências, é preciso identificar a causa. Uma delas é uma crescente superficialidade. Em uma recente entrevista, Umberto Eco declarou que as redes sociais deram voz “a uma legião de imbecis”. Antes, considerou, eles se manifestavam após umas cervejas em uma mesa de bar, sem prejudicar a coletividade com suas asneiras. Hoje ganham as manchetes de jornais.

Chamá-los de imbecis, embora proceda de uma cólera justa, é um erro. A terminologia correta pode ser mais esclarecedora. As novas tecnologias mostram que há pessoas preconceituosas, inescrupulosas. Antes era possível fingir que eles não existiam. Hoje publicam manuais de como estuprar estudantes.

Outro fator, além dos “imbecis de Eco” é a superficialidade de opinião. Com as redes sociais, todos se julgam especialistas sobre os mais variados assuntos. O Enem é ideológico? Os pandas devem ser salvos? Drogas? Aborto? Intolerância? Todos têm uma opinião (mal) formada. Sem falar na política, palco de delírios de todos os lados.

Essas explosões de raiva contra pessoas ou grupos podem redundar em ódio, se é que já não o vivenciamos. O ódio busca aniquilar o outro, negar-lhe a existência. O exemplo mais extremo que temos hoje é o Estado Islâmico. No Brasil, podemos citar esses “coletivos” de feministas radicais. O que elas cantam? “Sou violenta porque sofri violência”. Se, de fato, essas jovens foram vítimas, sua conduta poderia até ser direcionada contra quem causou o mal. Mas por que se dirige contra toda a sociedade? Por que me odeiam pelo fato de eu ser homem? Que mal eu fiz a elas?

De fato, ser moderado parece ser uma atitude covarde ou equivocada nos dias correntes. Se o PT é corrupto, os outros não o são? As empreiteiras não doaram dinheiro aos outros partidos? Sabemos que sim. Com que intenção? Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa, já disse Riobaldo, na obra magistral de Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas. O que afirmo não me torna nem um pouco menos antipetista do que já sou, mas acho que me torna mais lúcido.

Por isso, não sigo nenhum J, seja de sobrenome Wyllys ou Bolsonaro. Considero que o momento atual é de indignação e de revolta. Mas sei que o grito superficial cai logo no vazio. Sei que o radicalismo mais violento tem de dormir sobre os escombros da casa que derrubou. O problema é que nós todos moramos sob esse teto. Uma terceira via se faz necessária.

Eduardo Gama é mestre em Literatura pela USP, jornalista, publicitário e membro do IFE-Campinas.

Artigo publicado originalmente no jornal *Correio Popular*, edição de 18/11/2015, Página A2 - Opinião.

A sacralização da política (por Cesar Ranquetat Júnior)



Tradicionalmente a política foi concebida como um modo de ação que objetivava a organização da vida social. Era por meio da ação política que se buscava a articulação e a mobilização das vontades individuais tendo como fim último a realização do bem comum. Para os filósofos clássicos, Aristóteles e Platão, e medievais como Santo Tomás de Aquino, a política visava, sobretudo, a constituição de uma ordem social justa e relativamente harmônica.

A comunidade politicamente ordenada, por sua vez, deveria possibilitar o surgimento de uma atmosfera cultural e institucional que estimulasse o desenvolvimento e florescimento das virtudes morais e intelectuais. A política, para os antigos e medievais, tinha um caráter intrinsecamente ético. O estadista, o legislador e o cidadão tinham a incumbência de se portar de maneira correta, honesta e virtuosa. Como lembra Eric Voegelin, eram homens maduros que atingiram a plena estatura humana.

Na perspectiva clássica a política, além de uma atividade prática, era vista, como uma ciência, uma virtude e uma forma de arte. Uma ciência prática relacionada com as decisões e ações humanas na vida pública e social. A prudência era a virtude central da atividade política. Esta, fundamentalmente entendida como a reta razão no agir humano, como hábito de agir bem, de maneira equilibrada, realista, razoável e com bom senso. Como arte era vista como um modo de agir sobre as vontades individuais tendo em vista a realização de ideais e objetivos comuns e coletivos. Em suma, a política visava à realização da “boa vida”, da “boa sociedade”, ou seja, a ordenação da comunidade de acordo com normas, regras e princípios morais. Cabia à atividade política a proteção e a custódia do modo de vida de um povo, de suas tradições, de sua religião e de seus valores morais. A política deveria conservar o *ethos* de uma coletividade, seus costumes e hábitos.

Contudo, a partir do século XVI e XVII, a perspectiva clássica acerca da política perde força e vigor. Emerge a noção da atividade política divorciada de princípios morais, uma política amoral. Maquiavel e Hobbes são os grandes artífices da concepção moderna da política. Com o advento da modernidade a política torna-se mera técnica de poder. O ideal clássico da atividade política regida por homens maduros, sensatos e prudentes esboroa-se. Em seu lugar surge a imagem do “príncipe maquiavélico” capaz de manter-se ou alcançar o poder a todo custo. A vilania, a astúcia, o embuste e a dissimulação são armas usadas pelo governante para levar a cabo seu projeto de poder. A par da desvinculação da política de princípios morais, outro fenômeno que ocorre na modernidade é a absolutização da política

Se, para a perspectiva clássica, a política era concebida como uma das múltiplas dimensões da vida humana, na modernidade a política é sacralizada. De uma das várias esferas da vida social, ela é

transformada no centro ordenador da vida humana que tudo abarca. De meio e instrumento para busca da ordem social, ela transmuta-se em um fim em si mesmo, tudo é politizado e colonizado por interesses de ordem política. A absolutização da política na modernidade tem, evidentemente, um caráter patológico. É ela a fonte de todos os utopismos, dogmatismos, totalitarismos e maniqueísmos que marcaram os últimos séculos da história humana.

A sacralização e absolutização da política acabam por instrumentalizar os variados campos da vida social. A educação, a ciência, a cultura, a arte e a religião tornam-se servas do poder político, perdendo sua autonomia e independência. Além disso, o “messianismo” político moderno – conforme definição do historiador Jacob Talmon – parte de esquemas doutrinários abstratos e apriorísticos, de uma visão dogmática, racionalista e uniformizante que violenta a complexidade multifacetada da realidade social: “Poderia ser chamado messianismo político, no sentido de que postula esquemas de realidades perfeitas, preordenadas e harmoniosas, até os quais os homens são levados irremisivelmente [...] reconhece um só plano da existência: o político. Estende o campo da política até abarcar toda a existência humana.”

O messianismo político moderno anseia uma mutação radical da natureza humana e da vida social. Almeja obstinadamente a construção de uma sociedade ideal, perfeita, sem tensões e desequilíbrios. Enfim, ambiciona, por meio de um amplo processo de planejamento e engenharia social, a realização do paraíso na terra.

Conforme o teórico político Michael Oakeshott, trata-se da percepção moderna e progressista da “política de fé”, da crença nos poderes demiúrgicos e alquímicos da ação política. A fé na política, a transformação da política num modo de crença, como uma espécie de panacéia universal está intimamente relacionada com as ideologias políticas surgidas na modernidade. Mais ainda, é uma expressão categórica da mentalidade ideológica que pervade e alastra-se na cultura ocidental nos últimos quatro séculos.

De acordo com o filósofo Juan Antonio Widow, a mentalidade ideológica dominante na modernidade caracteriza-se por um tipo particular de discurso que se caracteriza pela promessa de uma realidade perfeita a realizar-se num futuro indeterminado. Por outro lado, este tipo de discurso ideológico lança uma série de ameaças e advertências de feições terríficas contra aqueles que não aceitam os ideais certos, infalíveis e dogmáticos defendidos com contumácia pelos “iniciados”, pela elite de iluminados portadores da doutrina política salvífica. Ainda, a linguagem ideológica é um modo de exortação dirigida a uma coletividade indeterminada, uma proclamação de ideais abstratos e, também, uma forma de imposição arbitrária e despótica, dirigida ao sentimento e a reação emocional.

A linguagem da ideologia visa engendrar padrões de comportamento e conduta, mobilizando as massas, as confortando e criando nelas um sentido de identidade grupal através dos encantos ilusórios de um mito político. As ideologias políticas modernas configuram-se, até certo ponto, como sucedâneos das religiões tradicionais.

O messianismo ideológico moderno contrasta formidavelmente com a perspectiva clássica da política, pois, com assevera Leo Strauss, esta é “[...] livre de todo fanatismo porque sabe que o mal não pode ser erradicado e, portanto, que as expectativas da política devem ser moderadas. O espírito que a alma pode ser descrito como serenidade ou sublime sobriedade”.

Enquanto que para os antigos e medievais o conjunto dos valores morais e religiosos tradicionais de uma coletividade precisavam ser custodiados pela política, no ativismo político moderno de caráter messiânico busca-se a total transmutação dos valores de uma sociedade com a finalidade de construir uma nova ordem social e um novo homem liberto de todas as peias e limitações impostas pelas tradições religiosas e morais de uma dada comunidade.

Diante do exposto, parece-me evidente que devemos nos precaver e estarmos atentos às esperanças infundadas de redenção por meio da atividade política, bem como através do ativismo e voluntarismo impensado e irracional das massas, muitas vezes insufladas pelos demagogos e tiranos de plantão, sedentos de poder.

Cesar Ranquetat Júnior é Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor de Ciências Humanas na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)/Campus Itaqui

Publicado originalmente na **Revista Vila Nova**: <http://revistavilanova.com/a-sacralizacao-da-politica/>

Tags: Brasil, Crise, O Senhor dos Anéis, Poder, Política,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em: <http://ife.org.br/renan-cunha-e-gollum/>